

# **PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2026**

**CASTELO DE PAIVA**

VERSÃO 01

18/12/2025

# ÍNDICE

I - Tramitação .....	3
I.1 Parecer .....	3
I.2 Aprovação .....	3
I.3 Revisão .....	3
I.4 Prazos de Revisão .....	4
II - Ficha Técnica .....	5
III - Sumário .....	6
III.1 - Níveis de Adequação dos Projetos .....	8
IV - Estratégia municipal de gestão integrada de fogos rurais .....	10
IV.1 - Orçamento .....	11
IV.2 - Cronograma anual de execução .....	13
V - Projetos de Implementação Municipal .....	14
V.1 - Projetos de Valorização dos Espaços Rurais .....	14
V.2 - Projetos de Cuidar dos Espaços Rurais .....	19
V.3 – Projetos de Modificação de Comportamentos .....	31
VI - Anexos .....	39
VI.1 - Matriz de Avaliação do Risco .....	39
VI.2 - Glossário .....	40
VI.3 - Projetos sem declinação Municipal .....	41
VI.4 - Cartografia de Detalhe .....	48

## I - TRAMITAÇÃO

### I.1 PARECER

O Programa Municipal de Execução (PME) de Castelo de Paiva, foi enviado para parecer da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSGIFR) do Tâmega e Sousa, em 25/11/2025, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável, por unanimidade, em 18/12/2025.

### I.2 APROVAÇÃO

O PME de Castelo de Paiva foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Castelo de Paiva, do dia 29/12/2025 nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto.

### I.3 REVISÃO

Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022, a revisão do PME de Castelo de Paiva terá uma periodicidade anual e consiste na reprogramação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores.

Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou fato superveniente as torne redundantes ou ineficazes.

No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível superior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no Programa Regional de Ação (PRA) do Norte.

## I.4 PRAZOS DE REVISÃO

A CMGIFR de Castelo de Paiva realizará o levantamento de necessidades anualmente e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da CRGIFR do Norte, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

## II - FICHA TÉCNICA

O PME de Castelo de Paiva foi elaborado por um conjunto de entidades com assento na CMGIFR de Castelo de Paiva conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022. A tabela 1 traduz a ficha técnica de autores da CMGIFR de Castelo de Paiva e as entidades parceiras do processo de elaboração do PME de Castelo de Paiva.

*Tabela 1. Composição da CMGIFR de Castelo de Paiva*

CMGIFR de Castelo de Paiva		
Entidade	Cargo	Representante
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	Presidente	Dr. Ricardo Cardoso
Representante das Freguesias	Presidente da junta de Freguesia do Paraíso	António Miguel Alves
Representante das Freguesias	Deputado Municipal	Carlos Filipe Novais
ICNF, I.P.	Chefe de Núcleo	Eng.º Paulo Bessa
	Perito	Eng.º Artur Borges
	Perito	Eng.º José Filipe Pinho
	Técnico Superior	Eng.º Filipe Oliveira
GNR	Comandante de Destacamento	Major Jorge Marques
Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva	Comandante	Eng.º Flávio Moreira
Associação Florestal do Vale do Sousa	Técnica Superior	Eng.ª Sandra Pinto

### III - SUMÁRIO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Sub-regional de Ação do Tâmega e Sousa (PSA-TS), transportou para a sub-região os projetos inscritos no Programa Regional Norte (PRA-N), em função da sua aplicabilidade. Este converte os objetivos Regionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

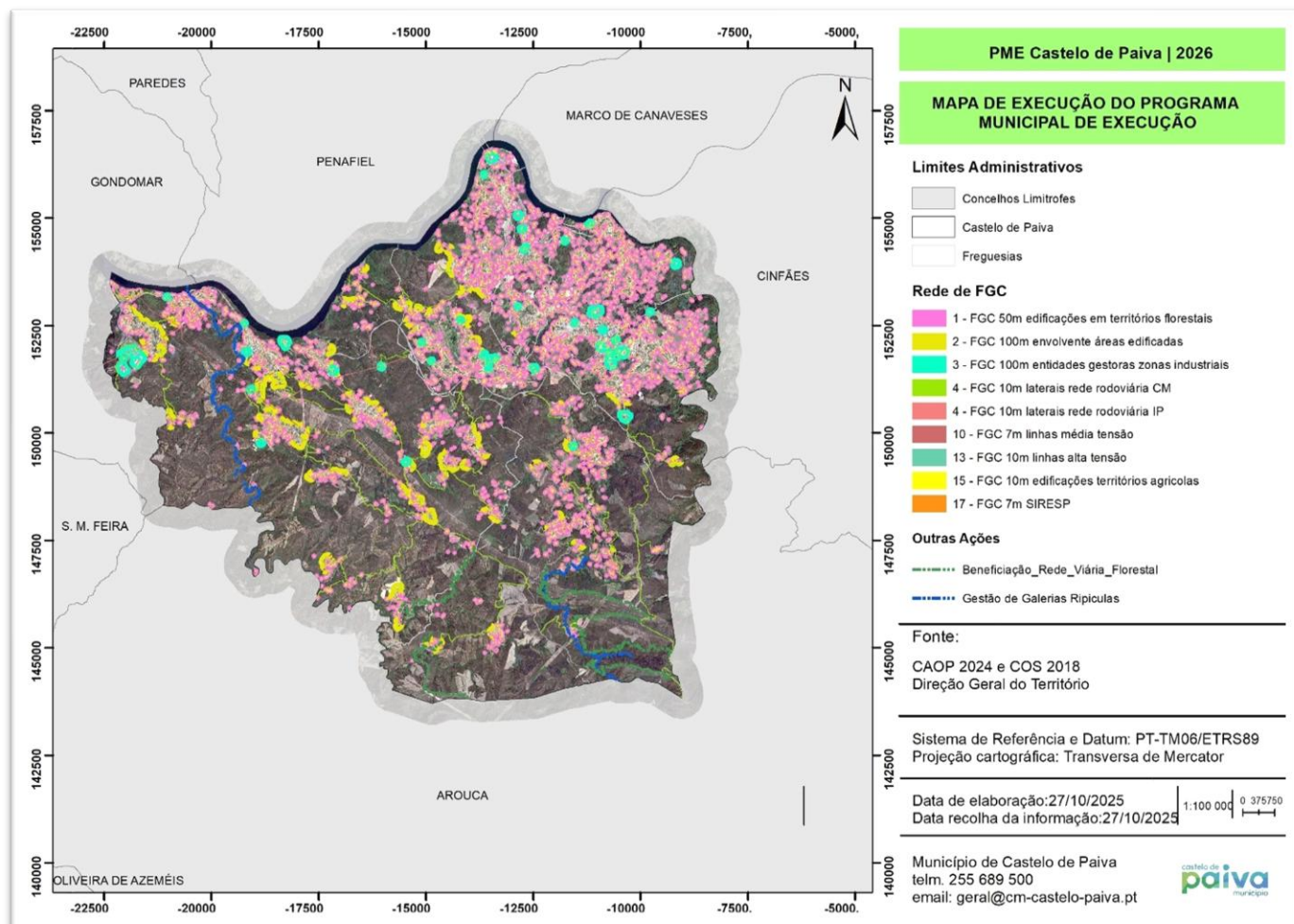
O PME de Castelo de Paiva define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Castelo de Paiva, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Castelo de Paiva foi constituída a 22 de abril de 2022.

O PME de Castelo de Paiva conta com 12 projetos. Os 12 projetos são transpostos do PSA do Tâmega e Sousa, sendo que em 4 projetos caracteriza-se as ações detalhadas a executar e no projeto 2.2.1.1- Reporte de Gestão de Combustível, não é pressuposto a execução de tarefas, apenas o reporta de informação ao nível de planeamento superior.

No âmbito da elaboração do PME de Castelo de Paiva, foram definidos 4 projetos-chave entendendo-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos regionais, se relevam mais transformadores e mais rapidamente permitiram atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

A figura 1 apresenta a extensão do concelho de Castelo de Paiva, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.






















**Figura 1** – Mapa de extensão de execução no concelho de Castelo de Paiva do PME 2026 de Castelo de Paiva (1:100000)

## III.1 - NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS

A tabela 2. resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2. Transposição das fichas de projeto do PSA do Tâmega e Sousa para o PME de Castelo de Paiva

Projeto	PSA	PME
<b>1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada</b>	<b>M</b> 	<b>E</b> 
<b>1.1.3.2</b> Programa de Emparcelamento	<b>E</b>	
<b>1.2.1.1</b> Gestão agregada de territórios rurais	<b>E</b>	
<b>1.2.1.2</b> Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	<b>R</b>	
<b>1.2.2.1</b> Modelo de financiamento multifundos	<b>E</b>	
<b>1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade</b>	<b>E</b>	<b>E</b>
<b>1.2.2.4</b> Diversificação e qualificação da economia rural	<b>E</b>	
<b>1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais</b>	<b>E</b> 	<b>E</b>
<b>1.2.3.2</b> Aumento da remuneração dos proprietários florestais	<b>M</b> 	
<b>2.1.1.1</b> Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	<b>E</b>	
<b>2.1.1.2</b> Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	<b>E</b> 	
<b>2.1.1.3</b> Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais	<b>E</b>	
<b>2.1.1.4</b> Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) 	<b>M</b>	
<b>2.2.1.1</b> Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	<b>R</b>	
<b>2.2.1.2</b> Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível	<b>E</b>	
<b>2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária</b> 	<b>M</b> 	<b>E</b> 
<b>2.2.1.4</b> Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível 	<b>M</b>	
<b>2.2.1.5</b> Proteção de áreas de elevado valor	<b>E</b>	
<b>2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas</b>	<b>M</b>	<b>E</b>
<b>2.2.1.7</b> Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	<b>M</b> 	

2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais	M	
PT11C – 2.2.2.3 Promover processos de compostagem e geração de energia à escala local com base em biomassa e sobranes e matos	M	
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	M	E 
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	M	E
2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras	M	E
PT15 2.3.1.5 Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais	M	E
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimadas e queimadas	M 	E 
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas	M	
3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	M 	
3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	M	
3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios	E	
3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais	E 	
3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco	E	
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade	M	E
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência	M	
3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco	E	
3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	M	E
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	M	
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	E	
4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema	R	
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	E	
4.1.2.4 Normas técnicas e diretivas operacionais	E	
4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual	R	
4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação	M 	
4.2.2.3 Sistema de lições aprendidas	 E	
4.3.1.5 Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	E	
4.3.2.3 Gestão da supressão	 R	

#### 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR



#### 4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais



#### Legenda



##### Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



##### Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



##### Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



##### Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



##### Projeto Chave

Projeto transformador de execução prioritária

## IV ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

A estratégia municipal para a gestão integrada de incêndios rurais em Castelo de Paiva, delineada no Programa Municipal de Execução 2026, tem como principais objetivos promover a gestão de combustíveis, reduzir o número de ignição, alterar comportamentos de risco relacionados ao uso do fogo pela população e melhorar a capacidade de resposta dos agentes de proteção civil em casos de incêndios rurais no concelho.

Em complemento, a nível da paisagem, pretende-se valorizar economicamente o ambiente, os povoamentos e as áreas agroflorestais, promovendo também a atividade silvo-pastoril como alternativa ao uso do fogo para a queima de resíduos e sobrantes e a gestão do habitat de espécies cinegéticas.

## IV.1 - ORÇAMENTO

A tabela 3 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. **O PME de Castelo de Paiva conta com um orçamento global de 1.118.815,58 €.**

Durante o ano de 2026, a execução financeira dos projetos, sobretudo, em terrenos rústicos de proprietários privados, estará dependente de fonte de financiamento municipal e fonte de financiamento supramunicipal, bem como, da previsão orçamental das ações e iniciativas, previstas por projeto, em diferentes orçamentos da responsabilidade de diversas entidades públicas, entidades privadas e entidades sem fins-lucrativos.

*Tabela 3. Mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira do PME*

Projetos	Principais Metas	Orçamento
<b>1.1.2.2</b> Sistema de informação cadastral simplificada	Maior área cadastrada, no Município com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade, resultando num maior número de proprietários identificados. Ações mais direcionadas com contacto direto ao proprietário.	20.426,67 €
<b>1.2.2.2</b> Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade	Melhoria da sustentabilidade florestal. Promoção das boas práticas florestais. Aumento do valor da economia local. Incrementar a utilização renovável dos recursos locais.	- €
<b>1.2.2.5</b> Multifuncionalidade dos Sistemas agroflorestais	Incremento de valor das indústrias locais.	25.200,00 €
<b>2.2.1.3</b> Garantir a gestão da rede secundária	Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.	670.925,00 €
<b>2.2.1.6</b> Gestão de galerias ribeirinhas	Redução do nível de ameaça à sustentabilidade dos espaços florestais. Normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas.	45.060,00 €
<b>2.3.1.1</b> Revisão e implementação das regras de defesa pelos privados	Adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido; Proteger o território com eficiência financeira.	155.833,30 €
<b>2.3.1.2</b> Gestão de Combustível nos Aglomerados rurais e envolventes de áreas edificadas	Reduzir as perdas e as ameaças ao edificado e aos cidadãos.	94.810,00 €

<b>2.3.1.4</b> Programas Aldeia Segura Pessoas Seguras	Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização e reduzir os danos pessoais.	12.075,00 €
<b>PT11C 2.3.1.5</b> Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais	Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa.	38.179,74 €
<b>3.1.1.2</b> Apoio à população na realização de queimas e queimadas	Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas. Redução do número de acidentes e área ardida resultantes de queimas e queimadas.	17.305,87 €
<b>3.2.1.2</b> Comunicação especializada de proximidade	Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais.	10.000,00 €
<b>3.2.2.1</b> Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas	28.000,00 €
<b>Total do orçamento do PME</b>	-----	<b>1.118.815,58 €</b>

### Nota técnico-financeira explicativa

Em 2026 a execução financeira dos projetos, sobretudo, em terrenos rústicos de proprietários privados, dependerá de fonte de financiamento, bem como, da previsão orçamental das ações e iniciativas, previstas por projeto, em diferentes orçamentos da responsabilidade de diversas entidades públicas, entidades privadas e entidades sem fins-lucrativos.

Em algumas fichas de projeto encontram-se sem orçamento definido, em virtude de carecerem de uma procura por fontes de financiamento, bem como de um apuramento dos custos.

## IV.2 - CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO

A tabela 4 apresenta o cronograma anual de execução dos 12 projetos com declinação no PME de Castelo de Paiva para o ano de 2026.

*Tabela 4. Cronograma anual de execução dos projetos com declinação do PME de Castelo de Paiva*

<b>Projeto</b>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>1.1.2.2</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>1.2.2.2</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>1.2.2.5</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>2.2.1.3</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>2.2.1.6</b>	■	■	■	■	■	■				■	■	■
<b>2.3.1.1</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>2.3.1.2</b>	■	■	■	■	■	■				■	■	■
<b>2.3.1.4</b>		■	■	■	■	■						
<b>PT11C</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>2.3.1.5</b>												
<b>3.1.1.2</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>3.2.1.2</b>	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>3.2.2.1</b>	■	■	■	■	■					■	■	■

## V - PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA-do Tâmega e Sousa, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME de Castelo de Paiva indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

A legenda de cada ficha de projeto do PME é a seguinte: **R** – Responsável; **A** – Autoriza; **S** – Suporta; **C** – Consultado; **I** – Informado; **F** – Fiscaliza; **PLAN** – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós-Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

### V.1 - PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



#### VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

V	SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA						1.1.2.2			
	<b>Objetivos</b> Colaborar na modernização dos processos administrativos que conduzem à identificação detalhada do cadastro, como: - Promover a adoção do BUPi Adaptar à escala do Município e promover um plano de atividades de comunicação que envolva os cidadãos na criação do cadastro.					<b>Principais entidades envolvidas</b>				
						<b>R</b> Municípios				
						<b>A</b> Comissão Municipal GIFR				
						<b>S</b> DGT, CCDRN, IRN, eBUPi				
						<b>C</b> DGT, CCDRN, IRN, eBUPi				
	<b>Principais resultados esperados</b> Maior área cadastrada, no Município com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade, resultando num maior número de proprietários identificados. Ações mais direcionadas com contacto direto ao proprietário.					<b>I</b> AGIF; CIM				
						<b>F</b> Comissão Regional GIFR				
	PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
	Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 20.426,67									
	Indicadores					Unidade		Meta(anual)		
	• N.º de RGG submetidas (3943)					N.º		5408		

			Matrizes contratadas com PO Norte									
	<ul style="list-style-type: none"><li>Total da área de RGG submetidas</li></ul>	Ha	2976									
	<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Dar continuidade ao projeto (previsto finalizar em 2025); Probabilidade da não concretização da meta anual, por falta de recursos afetos exclusivamente a esta área; Falta de recursos humanos para cumprimento da meta estabelecida e dar continuidade ao projeto gratuito, para que haja mais adesão da população;</li><li>Risco Total: Alto - 15 (S3; P5)</li><li>Resolução Geral: Encontrar recursos financeiros para o cumprimento da meta estabelecida; permitir às entidades do SGIFR o acesso aos dados do Buppi.</li></ul>											
	<b>Iniciativa n.º 1</b>		<b>Fonte Financiamento</b>									
	<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir a continuidade do BUPi:</li></ul>		PRR, PO									
	<b>Calendarização</b>											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	<b>Recursos</b>											
	<b>Identificação do recurso</b>		<b>Origem do recurso</b>		<b>Custo (€)</b>							
	1) Recursos Humanos contratados (1 técnico habilitado)		PRR		14.308,00 €							
	2) Outras despesas com pessoal técnico do Município		PRR		6.118,67 €							
			<b>Total (€)</b>		<b>20.426,67€</b>							
	<b>Gestão de risco da iniciativa</b> <ul style="list-style-type: none"><li>O referido na gestão de risco do projeto</li></ul>											
	<b>Observações:</b> Meta do projeto é de 15 510 matrizes (início 1/06/2024 até 31/12/2025). Em sede de revisão do PSA deverá ser ponderado alterar o orçamento sub-regional.											

<b>PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO</b>		<b>1.2.2.2</b>
<b>Objetivos</b> Comunicar as vantagens da certificação dos produtos junto dos produtores e empresários locais <b>Principais resultados esperados</b>	<b>Principais entidades envolvidas</b>	
	<b>R</b>	ICNF
	<b>A</b>	Comissão Municipal GIFR
	<b>S</b>	OPF, EG ZIF, AIMMP, BIOND

Melhoria da sustentabilidade florestal. Promoção das boas práticas florestais. Aumento do valor da economia local. Incrementar a utilização renovável dos recursos locais.					<b>C</b> ICNF, Entidades de certificação <b>I</b> AGIF; CIM; CCDDR-N <b>F</b> Comissão Regional GIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): -</b>											
<b>Indicadores</b>					<b>Unidade</b>		<b>Meta(anoal)</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>% das áreas de gestão pública e baldios com gestão florestal certificada</li> </ul>					%/ha		-				
<ul style="list-style-type: none"> <li>% das áreas sob gestão privada com gestão florestal certificada.</li> </ul>					%/ha		10%/713				
<b>Gestão de risco do projeto</b> <b>Ameaças:</b> Dificuldade em aceder à informação sobre a área certificada no município; Baixa adesão de produtores e empresários locais devido à falta de incentivos e regulamentação; Desconhecimento dos benefícios da certificação; Perceção de que o processo de certificação é burocrático, sem fiscalização eficaz, não garantindo a qualidade real do produto final. <b>Risco Total:</b> Não adesão dos proprietários e empresários locais; descredito do processo de certificação. Alto 15 (P5; S3). <b>Resolução Geral:</b> Regularizar o processo de certificação para assegurar critérios de qualidade; Garantir o controlo de qualidade em todas as fases da produção de material lenhoso; Disponibilizar apoios às OPF para acompanhamento técnico e fiscalização do processo de certificação. Definir a estratégia de comunicação com os produtores e empresários locais.											
<b>Iniciativa n.º 1</b>							<b>Fonte Financiamento</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de ações de comunicação e divulgação da certificação</li> </ul>											
<b>Calendarização</b>											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>Gestão de risco da iniciativa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>											
<b>Observações:</b> Pretende-se promover o aumento da área sob gestão privada com gestão florestal certificada. O desenvolvimento deste projeto depende de fontes de financiamento e da adesão dos proprietários. A programação da ficha de projeto será efetuada após a definição da estratégia sub-regional de comunicação dirigida aos produtores e empresários locais.											

MULTIFUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS								1.2.2.5			
<b>Objetivos</b> Definição das linhas de apoio para aproveitamento de recursos agroflorestais sub-regionais. Medidas de apoio à valorização da agricultura familiar e desenvolvimento das fileiras associadas aos produtos regionais <b>Principais resultados esperados</b> Incremento de valor das indústrias locais.					<b>Principais entidades envolvidas</b>						
					<b>R</b> CCDR - Norte						
					<b>A</b> Comissão Municipal GIFR						
					<b>S</b> Privados, Município, Juntas de Freguesia, IFAP, ICNF						
					<b>C</b> DGAV						
					<b>I</b> AGIF; CIM						
					<b>F</b> Comissão Regional GIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 25.200,00</b>											
<b>Indicadores</b>					<b>Unidade</b>			<b>Meta(annual)</b>			
• nº e valor de projetos individuais ao nível de empresas apoiados					N.º projetos/€			0			
• nº e valor de projetos de ações ao nível das organizações de produtores apoiados					N.º projetos/€			3/25.200,00			
• Nº de novos registos de atribuição de estatuto de agricultura familiar					Nº			10			
• Nº de postos de trabalho criados e/ou mantidos					Nº			2			
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Ausência de financiamentos;</li><li>Risco Total: Moderado - 9 (S3;P3);</li><li>Resolução Geral: financiamento de projetos</li></ul>											
<b>Iniciativa n.º 1</b>								<b>Fonte Financiamento</b>			
• Valorização e promoção da atividade apícola: Controlo da vespa velutina: armadilhas e destruição dos ninhos.								OM; FA			
<b>Calendarização</b>											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>Recursos</b>											
<b>Identificação do recurso</b>					<b>Origem do recurso</b>			<b>Custo (€)</b>			
1) Aquisição de prestador de serviços para eliminação/controlo da vespa					Município			18.000,00 €			

velutina e instalação de armadilhas, incluindo equipamento e armadilhas											
2) Financiamento de pequenas melarias coletivas, fixas e/ou móveis.						FA		5.000,00 €			
Total (€)								23.000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: (ninhos intervencionados 2024-2025 - 400)											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		
• Incremento sustentável das atividades cinegéticas e piscícolas									OM; FA		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Instalação de comedouros/bebedouros para a fauna selvagem						OM/FA		1.000,00 €			
Total (€)								1.000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• Vandalismo das infraestruturas, incêndios rurais											
Observações:											
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento		
• Valorização da atividade agrícola									OM; FA		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Realização de feiras sobre o setor agrícola						Município		1200.00 €			
Total (€)								1.200,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											

- Não é possível identificar eventuais riscos associados.

**Observações:** O Município desenvolve ao longo do ano atividades de promoção de produtos regionais (feira agrícola/1 por mês). Eventualmente existirá a necessidade de renovação do equipamento de suporte a feira (tendas e outros materiais), sendo que a identificação destes custos será aferida no decorrer do ano 2026 para ser incluídos no PME de 2027.

## V.2 - PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



### CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

V GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA							2.2.1.3		
<b>Objetivos</b> Execução da gestão de combustível, conforme estipulado no artigo 49º do DL 82/2021, na sua atual redação.  <b>Principais resultados esperados</b> Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.					<b>Principais entidades envolvidas</b>				
					<b>R</b> Município, Entidades Gestoras FGC				
					<b>A</b> Comissão Municipal GIFR				
					<b>S</b> AGIF, ANEPC, CIM, ICNF				
					<b>C</b> AGIF, ANEPC, CIM, ICNF				
					<b>I</b> ANEPC, AGIF				
					<b>F</b> GNR, CRGIFR, CSGIFR				
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 670.925,00€</b>									
<b>Indicadores</b>					<b>Unidade</b>		<b>Meta</b>		
1) Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com o mapa de prioridades					ha		193.72		
2) Hectares intervencionados					ha		1.308,15		
3) Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias (APPS)					%		80%		
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Ausência de financiamento para a execução de faixas de gestão de combustível da rede secundária poderá implicar a ausência de gestão de combustível nas FGC previstas, sobretudo se os responsáveis pela gestão de combustível são proprietários privados. Falta</li></ul>									

	de capacidade do Município para a execução coerciva. Financiamentos a 100% para a concretização do projeto.											
	<ul style="list-style-type: none"><li>Risco Total: Alto - 16 (S4;P4)</li><li>Resolução Geral: Necessidade de priorização de intervenção, por parte de cada entidade gestora da FGC, em cada área de gestão de combustíveis efetiva da FGC; Necessidade de constituição de equipas municipais para a execução das FGC. Existência de financiamentos para a concretização desta iniciativa.</li></ul>											
	Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
	<ul style="list-style-type: none"><li>Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária</li></ul>									OM, OE, privados, a aguardar outras fontes de financiamento		
	Calendarização											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Recursos											
	Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
	1) Execução da FGC Municipais (Rodovia)					Município			155,78ha*(valor referência de 1 500€) = 233.670,00 €			
	2) Execução de FGC IP					IP, SA			0,25ha*(valor referência de 1 500€) = 375,00 €			
	3) Execução de FGC E-Redes					E-REDES			37,92ha*(valor referência de 1500€) = 55.880,00 €			
	4) Execução de FGC (em substituição aos proprietários)					Município			33,33ha*(valor referência de 1 500€) = 50.000,00 €			
	Total (€)									340.925,00€		
	Gestão de risco da iniciativa											
	<ul style="list-style-type: none"><li>O referido na gestão de risco do projeto</li></ul>											
	Observações: A execução desta iniciativa está dependente de financiamento e/ou de disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais ou demais situações descritas na ficha de projeto PSA.											

Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"><li>Constituição de 2 equipas para executar as FGC</li></ul>										A aguardar outras fontes de financiamento	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Aquisição de duas viaturas totalmente equipadas (equiparadas a sapadores florestais)								180.000,00 €			
2) Contratação de 8 operacionais								140.000,00 €			
3) Formação para 8 operacionais								10.000,00 €			
Total (€)								330.000,00€			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"><li>O referido na gestão de risco do projeto</li></ul>											
Observações: A proposta desta medida depende de financiamentos a fundo perdido.											

V GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS										2.2.1.6	
	<b>Objetivos</b> Garantir a atualização da cartografia que identifica as galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais nos territórios vulneráveis e APPS e apoiar ações que visem a gestão de galerias ribeirinhas prioritárias.  <b>Principais resultados esperados</b> Redução do nível de ameaça à sustentabilidade dos espaços florestais. Normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas.					<b>Principais entidades envolvidas</b>					
						R Município					
						A Comissão Municipal GIFR					
						S APA, ICNF					
						C OPF, privados					
						I AGIF, CIM					
						F APA					
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 46 060 €											
Indicadores					Unidade			Meta			

	1) Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais	un	2									
	2) Extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado	km	15.02									
	<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Risco Total: Moderado - 6 (S3;P2)</li><li>Ameaças: Falta de financiamentos; propriedades privadas, o que pode comprometer a execução da meta.</li><li>Resolução Geral: Campanhas de sensibilização, financiamentos a 100% para a concretização do projeto.</li></ul>											
	<b>Iniciativa n.º 1</b>	<b>Fonte Financiamento</b>										
	<ul style="list-style-type: none"><li>Sensibilização dos proprietários para a gestão das galerias ribeirinhas</li></ul>	PRR/Fundo Ambiental										
	<b>Calendarização</b>											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	□	□	□	□	■	■	■
	<b>Recursos</b>											
	<b>Identificação do recurso</b>					<b>Origem do recurso</b>			<b>Custo (€)</b>			
	Ações de sensibilização aos proprietários para a gestão das galerias ribeirinhas					APA/Município			1.000,00 €			
									<b>Total (€) 1.000,00 €</b>			
	<b>Gestão de risco da iniciativa</b> <ul style="list-style-type: none"><li>O referido na gestão de risco do projeto</li></ul>											
	<b>Observações</b>											
	<b>Iniciativa n.º 2</b>									<b>Fonte Financiamento</b>		
	<ul style="list-style-type: none"><li>Gestão das Galerias ribeirinhas</li></ul>									PRR/Fundo Ambiental		
	<b>Calendarização</b>											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	<b>Recursos</b>											
	<b>Identificação do recurso</b>					<b>Origem do recurso</b>			<b>Custo (€)</b>			

<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão de 15.02 km de galerias ribeirinhas</li> </ul>	Depende da fonte de financiamento	45.060,00 €
<b>Total (€)</b>		<b>45.060,00€</b>
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>		
<b>Observações</b>		

V	REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS							2.3.1.1	
<b>Objetivos</b> Acompanhar o desenvolvimento do projeto no PME  <b>Principais resultados esperados</b> Adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido; Proteger o território com eficiência financeira.					<b>Principais entidades envolvidas</b>				
					<b>R</b> GNR				
					<b>A</b> Comissão Municipal GIFR				
					<b>S</b> ICNF, Município, AGIF, CIM Tâmega e Sousa				
					<b>C</b> Município, PSP				
					<b>I</b> GNR				
					<b>F</b> CRGIFR, CSGIFR				
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 155.833,30 €									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Número de sinalizações					Nº			23	
2) Número de autos					Nº			4	
3) Taxa de cumprimento voluntário;					%			83%	
4) Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias					Nº			14	
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Grande área do território a fiscalizar face aos meios humanos e materiais disponíveis para a realização dos diferentes serviços efetuados diariamente pela Guarda Nacional Republicana. Falta de financiamentos para cumprimento das ações previstas pela GNR;</li><li>Risco Total: Alto - 16 (S4;P4) Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não conseguir cumprir as ações de patrulhamento previstas.</li><li>Resolução Geral: Alocar patrulhamento diário e exclusivo à sensibilização e monitorização.</li></ul>									
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento	

<ul style="list-style-type: none"><li>Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário, promovendo o cumprimento voluntário.</li></ul>	OE										
<b>Calendarização</b>											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>Recursos</b>											
<b>Identificação do recurso</b>		<b>Origem do recurso</b>	<b>Custo (€)</b>								
1) Aquisição de viatura TT		GNR	40.000,00 €								
2) Aquisição de Viatura TT		OM	40.000,00 €								
3) Kit Mala SEPNA Digital		GNR	3.333,30 €								
4) Investimento em patrulhamento (X patrulhas – dado a fornecer pela GNR)			250*290 € = 72.500,00 €								
<b>Total (€)</b>		<b>155.833,30 €</b>									
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>											
<ul style="list-style-type: none"><li>O referido na gestão de risco do projeto</li></ul>											
<b>Observações:</b> Não há a possibilidade de quantificar e aferir valores localmente às ações de sensibilização e monitorização em virtude de as mesmas ocorrerem no seguimento de policiamento geral, que ocorre em mais que um Concelho.											

V GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTES DE ÁREAS EDIFICADAS									2.3.1.2		
<b>Objetivos</b> Promover candidaturas ao projeto Condomínio de Aldeia, com incidência nas freguesias inseridas em APPS.  <b>Principais resultados esperados</b> Reduzir as perdas e as ameaças ao edificado e aos cidadãos.					<b>Principais entidades envolvidas</b>						
					<b>R</b> Município, privados						
					<b>A</b> Comissão Municipal GIFR						
					<b>S</b> OPF, ANEPC, CIM, Org. Agric, ICNF, CCDR-N						
					<b>C</b> DGT, CCDR-N						
					<b>I</b> ANEPC, AGIF						
<b>F</b> CRGIFR, CSGIFR											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 94.810,00 €											
Indicadores					Unidade		Meta				
1) Grau de execução de gestão de combustível na envolvente de áreas edificadas					%		20				
2) Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível					%		20				
3) Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas dos Condomínios de Aldeia					ha		16.54				
4) Nº de “Condomínios de Aldeia”					Nº		1				
Gestão de risco do projeto											
<ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Ausência de financiamento para a realização das intervenções; População envelhecida ou ausente do território; Descapitalização e absentismo dos proprietários; Dificuldade de contratualização de prestadores de serviços; Custos de execução inflacionados devido à escassez de mão de obra.</li><li>Risco Total: Elevado - 12 (S4; P3).</li><li>Resolução Geral: Existência de financiamento a 100%.</li></ul>											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"><li>Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas dos Condomínios de Aldeia</li></ul>							PRR, FA, FEADER, OE, Privados/CMM				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso		Custo (€)				
1) Elaboração dos procedimentos de contratação pública					Município		A definir				

	2) Contratualização de prestações de serviços para a gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas dos Condomínio de Aldeia	Município/Proprietários	24.810,00 (1500*16.54)									
			<b>Total (€) 24.810,00 €</b>									
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>												
• O referido na gestão de risco do projeto												
	<b>Iniciativa n.º 2</b>		<b>Fonte Financiamento</b>									
	• Constituição dos “Condomínios de Aldeia”		PRR, FA, FEADER, OE, privados									
<b>Calendarização</b>												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	■				■	■	■
<b>Recursos</b>												
	<b>Identificação do recurso</b>		<b>Origem do recurso</b>		<b>Custo (€)</b>							
	1) Um “Condomínios de Aldeia” (Gilde)		Fundo Ambiental/Município		50.000,00(A aprovar)							
	2) Contratação de equipas externas para criação de toda a logística do condomínio de aldeia		Fundo Ambiental/Município		20.000,00 (A aprovar)							
			<b>Total (€) 70.000,00 €</b>									
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>												
• O referido na gestão de risco do projeto												
<b>Observações:</b> A execução das FGC na envolvente das áreas edificadas é da responsabilidade dos detentores das propriedades, o que se traduz em milhares de proprietários, pelo que, o risco de não existir execução destas FGC na sua totalidade é extremamente elevado.												

V PROGRAMAS ALDEIA SEGURA PESSOAS SEGURAS										2.3.1.4													
<b>Objetivos</b> Promover candidaturas ao programa ASPS no Município.  <b>Principais resultados esperados</b> Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização e reduzir os danos pessoais.						<b>Principais entidades envolvidas</b>																	
						<b>R</b> Município /ANEPC																	
						<b>A</b> Comissão Municipal GIFR																	
						<b>S</b> CCDR, CIM																	
						<b>C</b> AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas																	
						<b>I</b> ANEPC																	
						<b>F</b> GNR																	
PLAN		PREP		PREV		PRES		SUPR		POSE		GOVE		QUAL		SIC							
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 12.075,00 €</b>																							
Indicadores								Unidade				Meta											
1) Número total de aglomerados rurais abrangidos								Nº				1											
2) Percentagem de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas								%				100											
3) Número de hectares tratados na envolvente dos aglomerados rurais								Nº				8,05											
<b>Gestão de risco do projeto</b>																							
<ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Comportamentos de risco da população no uso de fogo e ausência de medidas de autoproteção do edificado e aglomerados populacionais em espaço rural; A não disponibilidade do Oficial de Segurança Local, considerado um elemento “chave” do aglomerado, sendo desejável que o mesmo seja residente e com mobilidade. Falta de adesão por parte da população, uma vez que se trata de uma população envelhecida.</li><li>Risco Total: Elevado - 12 (S4; P3).</li><li>Resolução Geral: Reforço de ações de sensibilização à população para redução de comportamentos de risco no uso do fogo; Promoção da utilização da compostagem e/ou trituração de resíduos agroflorestais em detrimento da queima de sobranes, em articulação com a Junta de Freguesia e associações locais; Identificação e disponibilidade do Oficial de Segurança Local, considerado um elemento “chave” do aglomerado, sendo desejável que o mesmo seja residente e com mobilidade; Instalação de sirenes sonoras para aviso à população; Realização de exercícios treino.</li></ul>																							
Iniciativa n.º 1												Fonte Financiamento											
<ul style="list-style-type: none"><li>Reforçar as medidas previstas nos programas ASPS previamente iniciadas – Aldeia do Seixo (freguesia de Real)</li></ul>												FA											
<b>Calendarização</b>																							
Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez	
		■		■		■		■		■													

	<b>Recursos</b>		
	<b>Identificação do recurso</b>	<b>Origem do recurso</b>	<b>Custo (€)</b>
	1) 1 ação de sensibilização (recursos técnicos)	Entidades GIFR	A definir
	2) 1 Simulacro	Entidades GIFR, Município, JF, Moradores das ASPS	A definir
	3) Contratualização de serviços externos para operacionalizar a ASPS	Município	A definir
	4) FGC na envolvente da Aldeia	OE; OM	12.075,00 €
	<b>Total (€)</b>		<b>12.075,00 €</b>
	<b>Gestão de risco da iniciativa</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>		
	<b>Observações</b>		

X	IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS								PT11C 2.3.1.5	
<b>Objetivos</b> Estabelecer metas e definir as tipologias de intervenção para as ações de infraestruturação das redes de defesa  <b>Principais resultados esperados</b> Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa, na componente da rede viária florestal e da rede de pontos de água.					<b>Principais entidades envolvidas</b>					
					<b>R</b> ICNF					
					<b>A</b> Comissão Municipal GIFR					
					<b>S</b> ICNF, Proprietários florestais, ZIF´s, Município, OPF					
					<b>C</b>					
					<b>I</b> CIM, Município					
<b>F</b> Comissão Regional GIFR,CSGIFR										
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 38.179,74 €</b>										
Indicadores					Unidade			Meta		
1) Rede viária florestal intervencionada					Km			20.33		
2) Pontos de água construídos					Nº			0		
3) Infraestruturas para aéreos/mistos intervencionadas					%			0		
4) Operacionalidade da rede de pontos de água					%			100		
5) Atualização da base de dados das redes de defesa					%			100		
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Ameaças: Ausência de financiamento para a realização das intervenções.</li><li>Risco Total: Elevado - 12 (S4; P3)</li><li>Resolução Geral: Existência de financiamentos para a execução das intervenções.</li></ul>										
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento		
Manutenção/Beneficiação da Rede Viária Florestal								PRR, OE		

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Manutenção/Beneficiação da Rede Viária Florestal						Município, Juntas Freguesia e Privados		38.179,74 € (20,33Km*1878€)			
2) Contratualização de prestações de serviços						Município, Juntas Freguesia e Privados		A definir			
Total (€)								38.179,74 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações											

## V.3 - PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



### MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS								3.1.1.2.	
V	<b>Objetivos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes.</li> </ul> <b>Principais resultados esperados</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil;            Redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas;            Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas;            Redução do número de acidentes em queimas e queimadas;            Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas.</li> </ul>							<b>Principais entidades envolvidas</b>	
								<b>R</b> ICNF e Municípios	
								<b>A</b> Comissão Municipal GIFR	
								<b>S</b> ANEPC, GNR, BB, AU	
								<b>C</b> IPMA, AGIF	
								<b>I</b> ICNF	
								<b>F</b> CRGIFR, CSGIFR	
	PLAN	PREP	<b>PREV</b>	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
<b>Orçamento global do projeto neste PME (€): 17.305,87 €</b>									
	<b>Indicadores</b>					<b>Unidade</b>		<b>Meta</b>	
	1) Município aderentes à Plataforma das Queimas e Queimada					%		100%	
	2) Municípios com a totalidade dos pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P.					%		100%	
	3) resposta aos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas					%		100%	
	4) dias de suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico elevado					Nº		30	

5) pessoas acidentadas como grave em queimas e queimadas por ano	Nº	0									
6) ações de capacitação de entidades locais	Nº	1									
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ameaças: Elevada adesão da população mais envelhecida, que recorre às juntas de freguesia e aos serviços do município para submeter comunicações para queimas; Fragilidades informáticas que a plataforma “Queimas e Queimadas” possa apresentar, perante um elevado número de acessos.</li> <li>Risco Total: Moderado - 6 (S3; P2)</li> <li>Resolução Geral: Disponibilização de informação útil e recomendações práticas de uso do fogo através de órgãos de comunicação social local; Realização de ações de sensibilização sobre comportamentos de risco; Realização responsável de queimas e queimadas e a promoção de alternativas ao uso de fogo.</li> </ul>											
<b>Observações</b>											
<b>Iniciativa n.º 1</b>		<b>Fonte de Financiamento</b>									
Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através do apoio telefónico ou presencial.		OM									
<b>Calendarização</b>											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
<b>Recursos</b>											
<b>Identificação do recurso</b>		<b>Origem do recurso</b>	<b>Custo (€)</b>								
1) Plataforma online		Município	-								
		<b>Total (€)</b>	<b>- €</b>								
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>											
<ul style="list-style-type: none"> <li>O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>											
<b>Observações</b>											
<b>Iniciativa n.º 2</b>		<b>Fonte de Financiamento</b>									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover ações de capacitação de entidades locais</li> </ul>		FA; OE e PO									
<b>Calendarização</b>											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Recursos Humanos				Município				655,87 €			
								Total (€) 655,87 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações											

Iniciativa n.º 3									Fonte de Financiamento		
• Promover ações de apoio logístico à realização de queimas e queimadas									FA; OE e PO		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	□	□	□	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Equipas de apoio						BV/OPF			(30 dias*555€) = 16.650,00 €		
									Total (€) 16.650,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações											

Iniciativa n.º 4									Fonte de Financiamento		
• Identificação e promoção de alternativas à prática de queimas e queimadas									FA; OE e PO		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	□	□	□	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Dar continuidade ao projeto da compostagem da AMBISOUSA						Município/AMBISOUSA			- €		

	<b>Total (€) - €</b>
<b>Gestão de risco da iniciativa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>	
<b>Observações</b>	
<b>Iniciativa n.º 5</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Submissão dos pedidos de queimas e queimadas na plataforma do ICNF</li> </ul>	OM
<b>Calendarização</b>	
Jan    Fev    Mar    Abr    Mai    Jun    Jul    Ago    Set    Out    Nov    Dez	
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: white; border: 1px solid black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: white; border: 1px solid black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: white; border: 1px solid black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> <div style="width: 10px; height: 10px; background-color: black;"></div> </div>	
<b>Recursos</b>	
<b>Identificação do recurso</b>	<b>Origem do recurso</b>
1) Recursos Humanos	Município
<b>Custo (€)</b>	
- €	
<b>Total (€) - €</b>	
<b>Gestão de risco da iniciativa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>	
<b>Observações</b>	

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE										3.2.1.2													
<b>Objetivos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade</li></ul> <b>Principais resultados esperados</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais.</li></ul>					<b>Principais entidades envolvidas</b> <table><tr><td><b>R</b></td><td>Município, ANEPC, GNR, ICNF</td></tr><tr><td><b>A</b></td><td>Comissão Municipal GIFR</td></tr><tr><td><b>S</b></td><td>CIM, CCDDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE</td></tr><tr><td><b>C</b></td><td>AGIF, entidades da comunidade local, OPF</td></tr><tr><td><b>I</b></td><td>CIM</td></tr><tr><td><b>F</b></td><td>CRGIFR, CSGIFR</td></tr></table>							<b>R</b>	Município, ANEPC, GNR, ICNF	<b>A</b>	Comissão Municipal GIFR	<b>S</b>	CIM, CCDDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE	<b>C</b>	AGIF, entidades da comunidade local, OPF	<b>I</b>	CIM	<b>F</b>	CRGIFR, CSGIFR
<b>R</b>	Município, ANEPC, GNR, ICNF																						
<b>A</b>	Comissão Municipal GIFR																						
<b>S</b>	CIM, CCDDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE																						
<b>C</b>	AGIF, entidades da comunidade local, OPF																						
<b>I</b>	CIM																						
<b>F</b>	CRGIFR, CSGIFR																						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC															
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 10.000,00 €</b>																							
<b>Indicadores</b>					<b>Unidade</b>			<b>Meta</b>															
1) ações de sensibilização locais					Nº			9															
2) cidadãos abrangidos pelas iniciativas					Nº			7000															
3) ações nos canais de comunicação					Nº			6															
4) Variação do número de ignições anuais					%			<6%															
5) ações de capacitação locais					Nº			9															
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ameaças: Ausência de financiamento e recursos humanos para algumas das ações elencadas;</li><li>• Risco Total: Moderado - 66 (S3; P2)</li><li>• Resolução Geral: Existência de financiamentos e RH para execução do projeto</li></ul>																							
<b>Iniciativa n.º 1</b>								<b>Fonte Financiamento</b>															
• Ações de sensibilização e esclarecimento								PRR, FA, OE, PO Norte															
<b>Calendarização</b>																							
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez												
■	■	■	■	■	■			■	■	■	■												
<b>Recursos</b>																							
<b>Identificação do recurso</b>					<b>Origem do recurso</b>			<b>Custo (€)</b>															
1) Ações de sensibilização junto da população em geral					Município/GNR			-															

2) Elaboração e distribuição de folhetos e cartazes informativos e colocados em lugares de destaque	Município	-
3) Divulgação de informação e folhetos nas Paróquias	Município	-
4) sensibilizações à população através da fatura da água	Município	-
5) sensibilização nas redes sociais	Município	-
<b>Total (€)</b>		<b>10.000,00 €</b>
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>		
<b>Observações</b>		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO									3.2.2.1		
<b>Objetivos</b> Identificar públicos-alvo Desenvolver plano de comunicação municipal focado nas mensagens dirigidas aos públicos-alvo  <b>Principais resultados esperados</b> Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas					<b>Principais entidades envolvidas</b>						
					<b>R</b> Municípios/DGESTE						
					<b>A</b> Comissão Municipal GIFR						
					<b>S</b> AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, CIM						
					<b>C</b>						
<b>I</b> DGESTE											
<b>F</b> CRGIFR, CSGIFR											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
<b>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 28.000,00 €</b>											
Indicadores					Unidade			Meta			
Iniciativas dirigidas à população escolar, por ciclo de ensino					Nº			4			
Alunos participantes, por ciclo de ensino					%			80			
Escolas dos 1.º e 2.º ciclos do ensino que desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios					%			35			
Inclusão de conteúdos educativos orientados para a identificação de risco e comportamento de autoproteção nos diferentes graus de ensino					Nº			1			
<b>Gestão de risco do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Risco Total: Moderado – 6 (S2;P3)</li><li>Ameaças: Falta de enquadramento com os conteúdos educativos;</li><li>Resolução Geral: O município através do GTF desenvolve atividades no âmbito do dia da floresta e floresta autóctone</li></ul>											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
• Ações de sensibilização sobre as florestas e Ambiente								FA, OE, PO			
<b>Calendarização</b>											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	□	□	□	□	■	■	■
<b>Recursos</b>											
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo (€)		

1) Comemorar o Dia Mundial da Floresta e o Dia da Floresta Autóctone	Município	1500,00 €
2) Sessão de Teatro “Terra Queimada”	AGIF	9000,00 €
3) Produção de material didático/informativo	Município	7500,00 €
4) Contratação de serviços externos para desenvolver atividades alusivas à floresta junto da comunidade escolar	Município	10.000,00 €
<b>Total (€)</b>		<b>28.000,00 €</b>
<b>Gestão de risco da iniciativa</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O referido na gestão de risco do projeto</li> </ul>		
<b>Observações</b>		
A implementação desta ficha de projeto depende de fontes de financiamento.		

## VI - ANEXOS

### VI.1 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

#### Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

#### Avaliação de risco das Iniciativas:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> <b>Probabilidade</b>	<u>Negligenciável(1)</u>	<u>Baixa(2)</u>	<u>Média(3)</u>	<u>Grave(4)</u>	<u>Catastrófica(5)</u>
<b>Quase certa (5)</b>	<b>Moderado5</b>	<b>Elevado 10</b>	<b>Alto 15</b>	<b>Alto 20</b>	<b>Extremo 25</b>
<b>Alta (4)</b>	<b>Baixo4</b>	<b>Moderado8</b>	<b>Elevado 12</b>	<b>Alto 16</b>	<b>Alto 20</b>
<b>Média (3)</b>	<b>Baixo3</b>	<b>Moderado6</b>	<b>Moderado9</b>	<b>Elevado 12</b>	<b>Alto 18</b>
<b>Baixa (2)</b>	<b>Baixo2</b>	<b>Baixo4</b>	<b>Moderado6</b>	<b>Moderado8</b>	<b>Elevado 10</b>
<b>Rara (1)</b>	<b>Baixo1</b>	<b>Baixo2</b>	<b>Baixo3</b>	<b>Baixo4</b>	<b>Moderado5</b>

## VI.2 - GLOSSÁRIO

### DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do Programa Regional de Ação do Norte é efetuada com a instituição de um modelo de matriz de responsabilidade designada de RASCIF de acordo com a codificação abaixo:

<b>R</b>	<b>Responsável</b> A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
<b>A</b>	<b>Autoriza</b> A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
<b>S</b>	<b>Suporta</b> As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
<b>C</b>	<b>Consultado</b> As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
<b>I</b>	<b>Informado</b> As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
<b>F</b>	<b>Fiscaliza</b> A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.

## VI.3 - PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

<b>PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO</b>	<b>1.1.3.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> Este projeto tem como objetivo incentivar os proprietários a investir na melhoria da estrutura fundiária da sua exploração com vista a aumentar a dimensão física e económica dos prédios, divulgando na sub-região o programa “Emparcelar para Ordenar” e dando apoio ao emparcelamento simples, sempre que requerido, conforme previsto no Regime Jurídico da Estruturação Fundiária.	
<b>GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS</b>	<b>1.2.1.1</b>
<b>Projeto não declinado</b> Atendendo que as áreas de intervenção com potencial para a execução deste projeto abrangem mais que um Município, o desenvolvimento deste projeto é a uma escala supramunicipal.	
<b>PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)</b>	<b>1.2.1.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> Tendo em conta as metas definidas em sede de Programa Sub Regional de Ação o presente projeto apenas terá aplicação nas zonas onde se encontra a decorrer o processo de aprovação de novos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem. Nos restantes territórios, não sendo expectável que este processo ocorra durante o ano de 2026.	
<b>MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS</b>	<b>1.2.2.1</b>
<b>Projeto não declinado</b> Projeto tem como objetivo implementar um modelo de financiamento mais ajustado e integrado às necessidades de intervenção dos diferentes projetos que integram os territórios vulneráveis. As operações passam a beneficiar de apoios ao investimento e de apoios à gestão e manutenção, com programação orçamental plurianual, assumindo-se que a prioridade deste projeto no Norte é garantir o apoio necessário para a manutenção dos investimentos nas OIGP previstos na ficha de projeto 2.1.1.1 - Área integradas de gestão da paisagem do Programa Sub-Regional de Ação do Tâmega e Sousa.	
<b>DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL</b>	<b>1.2.2.4</b>
<b>Projeto não declinado</b> Pretende criar de linhas de financiamento específicas para o apoio às atividades da economia rural e incentivar à diversificação do perfil produtivo dos territórios rurais da sub-região.	

<b>AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS</b>	<b>1.2.3.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> Pretende promover um modelo de negócio para diversificar o uso múltiplo da floresta e que possa aumentar a remuneração dos proprietários florestais.	
<b>ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)</b>	<b>2.1.1.1</b>
<b>Projeto não declinado</b> Apenas terá aplicação em zonas onde decorrem projetos de aprovação de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem onde serão desenvolvidas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem. Não ocorrendo áreas destas no território deste município o presente projeto não terá aplicabilidade no âmbito do respetivo Programa Municipal de Execução para o ano de 2026.	
<b>GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS</b>	<b>2.1.1.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> O desenvolvimento deste projeto aguarda pelas conclusões do projeto piloto que decorre na sub-região do Alto Tâmega e Barroso.	
<b>RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HA</b>	<b>2.1.1.3</b>
<b>Projeto não declinado</b> A área afetada por este tipo de incêndios rurais abrange mais que um Município: as medidas previstas nos REE são de implementação regional ou sub-regional. Desta forma este projeto está descrito no PSA.	
<b>Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)</b>	<b>2.1.1.4</b>
<b>Projeto não declinado</b> Não se aplica neste município, a transposição foi efetivada, de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento do PDM de Castelo de Paiva.	
<b>ESTABELECE E OPERACIONALIZA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL</b>	<b>2.2.1.1</b>
<b>Projeto não declinado</b> Tendo em consideração que este sistema de informação serve para recolher, integrar, analisar e disponibilizar informações relacionadas com a ocorrência, prevenção e combate a incêndios rurais, com o objetivo de aumentar a eficiência da resposta aos incêndios rurais. Sendo uma necessidade comum a todos os Municípios, e de forma a uniformizar a informação, este projeto é transposto a nível sub-regional, sendo assim, reportado no PSA.	

<b>GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL</b>	<b>2.2.1.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> Como é um projeto em que a sua execução abrange mais que um Município, sendo que já é definido e monitorizado nos planos supra PME.	
<b>ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL</b>	<b>2.2.1.4</b>
<b>Projeto não declinado</b> A elaboração e implementação desta ficha carece que haja algum histórico para poder ser executada a nível Municipal.	
<b>PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR</b>	<b>2.2.1.5</b>
<b>Projeto não declinado</b> A elaboração e implementação desta ficha carece que haja algum histórico para poder ser executada a nível Municipal.	
<b>PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS</b>	<b>2.2.1.7</b>
<b>Projeto não declinado</b> Este projeto está dependente da definição da área para projeto piloto a nível sub-regional e está previsto a formação de 15 pastores em 2026.	
<b>USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO DE FOGOS RURAIS</b>	<b>2.2.1.9</b>
<b>Projeto não declinado</b> Este projeto não declina para o PME. Atualmente os Planos de uso de fogo são planeados e geridos a nível sub-regional, situação é efetuada a nível do PSA.	
<b>PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM E GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA E SOBRANTES E MATOS</b>	<b>PT11C – 2.2.2.3</b>
<b>Projeto não declinado</b> Este projeto depende da realização de um projeto piloto ao nível sub-regional de viabilidade económica, plano de ação e políticas de valorização sobre o aproveitamento dos sobrantes agrícolas e florestais através da compostagem e/ou através de geração de energia à escala local, de modo a reduzir o uso do fogo e de modo a identificar as "áreas prioritárias de intervenção".	

MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	3.1.1.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME.</p>	

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS	3.1.2.1
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>As ações previstas são articuladas e definidas a nível sub-regional.</p>	

PRESEÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque é ao nível sub-regional é garantido a presença das FFAA no território, numa perspetiva dissuasora e de vigilância, contribuindo para a redução do número de comportamentos de risco nesta área.</p>	

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS	3.1.2.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME.</p>	

INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Projeto de nível sub-regional, é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade a identificação das principais causas de incêndio da sub-região e a monitorização da evolução dos incêndios por causa.</p>	

COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>A estratégia de comunicação integrada é definida a nível regional.</p>	

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA	3.2.1.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME. No entanto poderá ser realizado a nível Municipal.</p>	

<b>FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO</b>	<b>3.2.1.4</b>
<b>Projeto não declinado</b> É a Entidade Intermunicipal quem tem a missão de efetuar, anualmente, o levantamento dos órgãos de comunicação social ao nível sub-regional e municipal para que sirva de orientação à estruturação formações na região, portanto, o número de ações de formação está diretamente associado ao número de OCS existentes na região e ao número de formandos a definir por sessão.	
<b>SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADE COM CAPACIDADE DE DECISÃO</b>	<b>4.1.1.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> O projeto é de integração direta da escala regional, tal como indicada pelo PNA (Programa Nacional de Ação) nos seus objetivos, pelo que as informações são apuradas e inscritas em PRA (Programa Regional de Ação), não tendo assim aplicabilidade em sede de PME (Programas Municipais de Execução).	
<b>CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (SGIFR)</b>	<b>4.1.2.1</b>
<b>Projeto não declinado</b> Monitorização da criação e do funcionamento das Comissões Municipais a uma escala sub-regional.	
<b>PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA</b>	<b>4.1.2.2</b>
<b>Projeto não declinado</b> O dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e Municípios.	
<b>ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO</b>	<b>4.1.2.3</b>
<b>Projeto não declinado</b> Monitorização ao nível sub-regional.	
<b>NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS</b>	<b>4.1.2.4</b>
<b>Projeto não declinado</b> Pretende-se com este projeto garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território. Desta forma, a intervenção à escala municipal é somente monitorizar (sem atuação), verificando a sua implementação e reportando qualquer desfasamento de resposta às necessidades do território à escala territorial superior. Não se pressupõe assim qualquer encargo, recurso ou esforço para este projeto na escala municipal	

ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL	4.1.3.1
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>O projeto visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação.</p> <p>Trata-se de um procedimento de natureza interna de coordenação da parte da AGIF pelo que a sua incidência no planeamento regional, sub-regional e municipal é meramente indicativa e neste sentido o projeto não se aplica em PME.</p>	

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	4.2.2.1
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>A capacidade de avaliação de equipas não se encontra, de momento, implementada no Sistema de forma ativa, à exceção do cruzamento dos indicadores previstos com os resultados da monitorização/ avaliação obtidos em cada entidade. A identificação de boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundi-las ou a introduzir necessidades/oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas, é feita à escala regional, pelo que o projeto não se aplica no PME.</p>	

SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>As entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional, pelo que não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade. A monitorização do projeto é garantida a nível sub-regional.</p>	

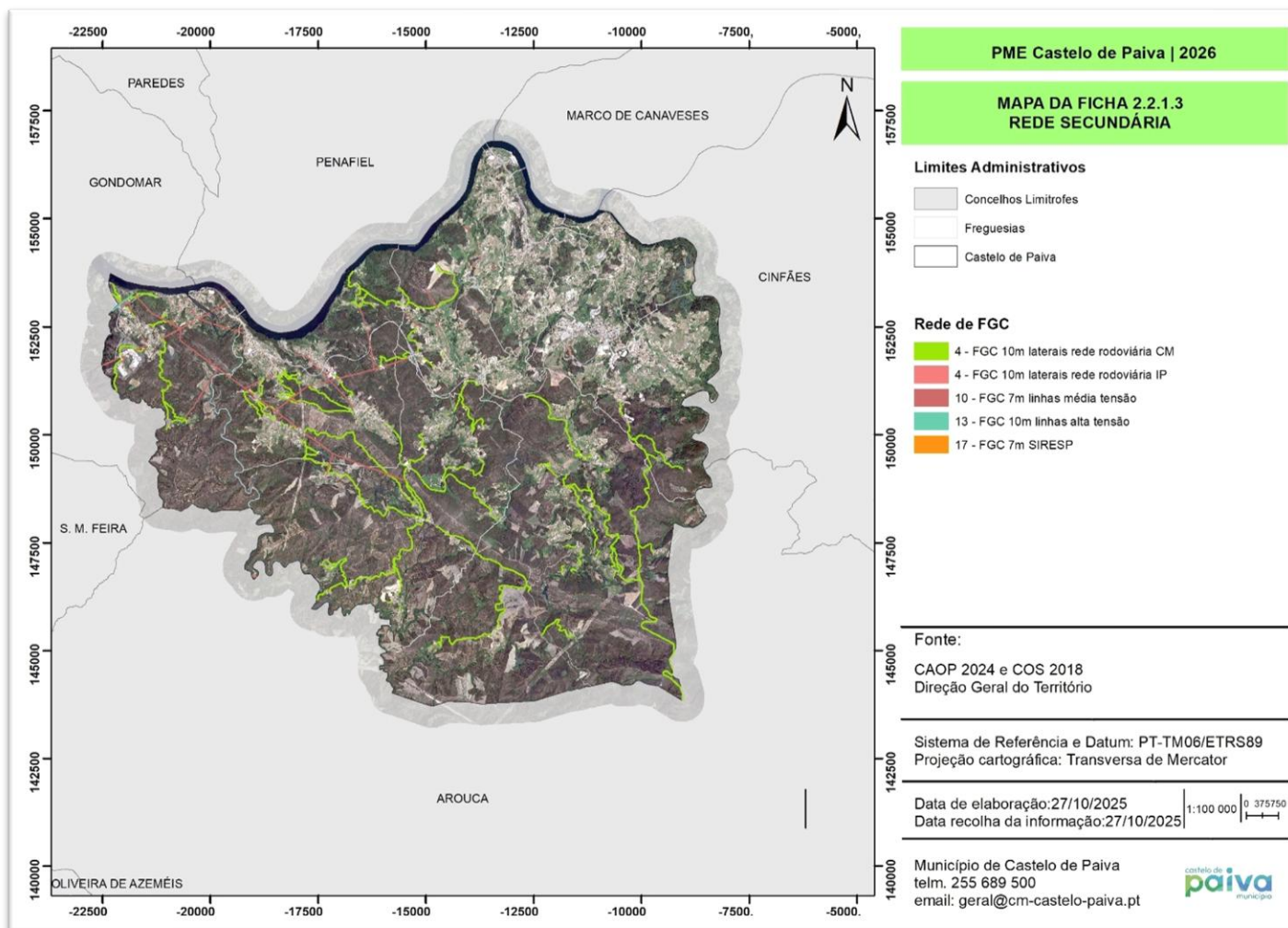
CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS	4.3.1.5
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>O projeto é de integração direta da escala regional, tal como indicado pelo PNA nos seus objetivos, pelo que as informações apuradas e inscritas em PRA, não tendo assim aplicabilidade em sede de PME.</p>	

GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto tem por principal objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização dos meios face às necessidades da região.</p>	

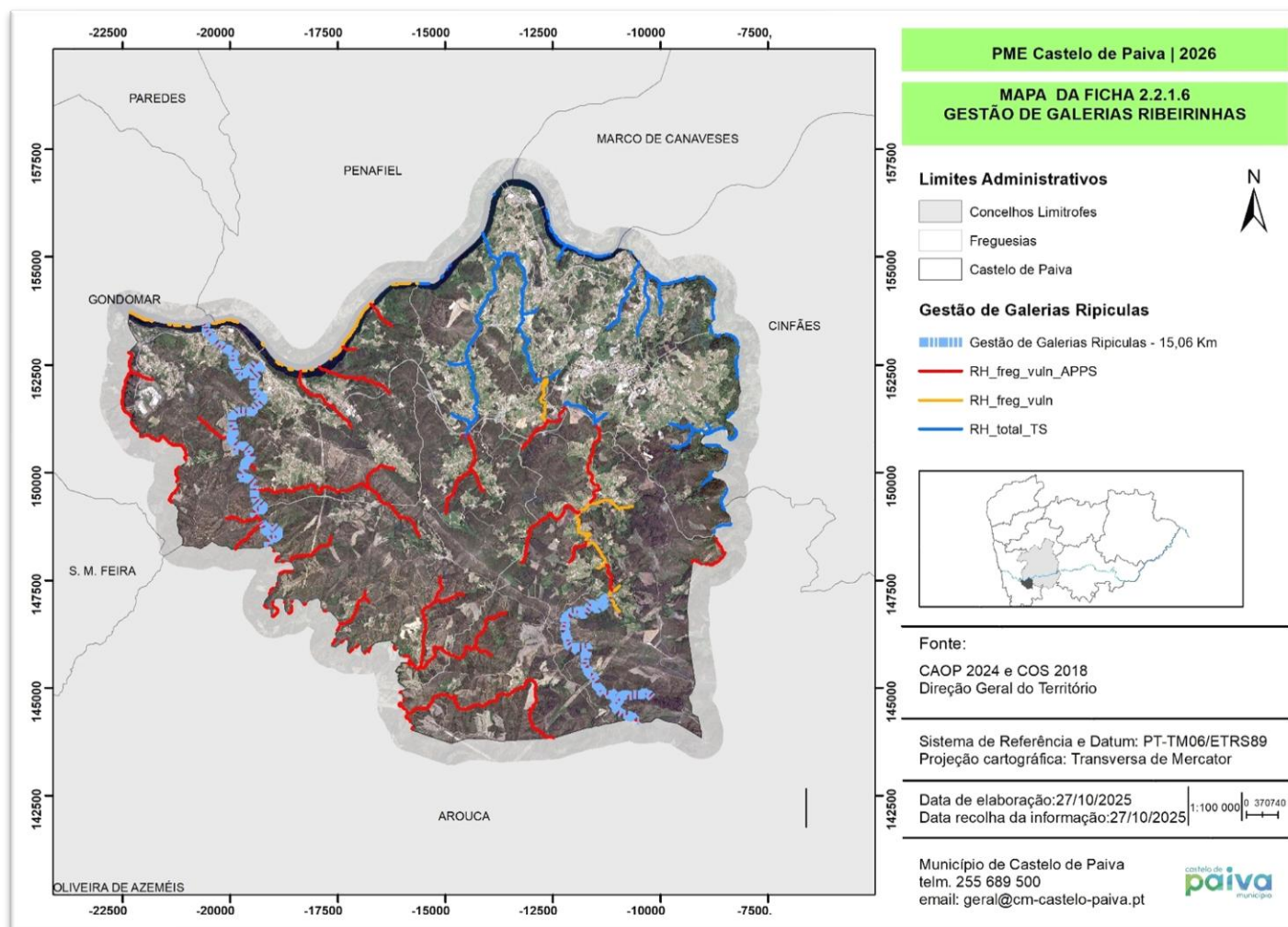
IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, os municípios serão apenas beneficiários, pelo que este projeto, neste momento, não transita para PME.</p>	
PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS	4.4.2.1
<p><b>Projeto não declinado</b></p> <p>Este projeto está orientado para a colaboração entre regiões, devendo, portanto, as ações transfronteiriças de âmbito exclusivamente municipal ser comunicadas e agregadas em sede de PRA, não tendo por isso aplicabilidade em sede de PME.</p>	

## VI.4 - CARTOGRAFIA DE DETALHE

### VI.4.1 MAPA DA FICHA 2.2.1.3 – GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA



## VI.4.2 MAPA DA FICHA 2.2.1.6 – GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS



## VI.4.3 MAPA DA FICHA PT11C 2.3.1.5 – IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA

